



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 1597/22

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**  
**PROCESSO Nº 785/2022**  
**RELATOR (A): JÓ PEREIRA**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa da Deputada Flávia Cavalcante que tramita nesta casa sob o número 917 de 2022 e que “**CRIA A OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA PELOS PLANOS DE SAÚDE DOS EXAMES LABORATORIAIS SOLICITADOS POR NUTRICIONISTAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS**”.

O Projeto foi submetido à análise da 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para elaboração de parecer, cabendo a esta comissão apenas analisar a legalidade e a constitucionalidade da matéria, ficando a análise de mérito para a Comissão Temática ou para o Plenário.

Em análise, observamos que a propositura visa criar obrigações específicas aos planos de saúde e aos nutricionistas para que sejam, os exames laboratoriais prescritos por estes, necessários ao acompanhamento dietoterápico, obrigatoriamente cobertos pelas operadoras de plano de saúde.

A Constituição Federal de 1988 disciplina que:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; [...]

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores; [...]

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.”

Observa-se, assim, que competes privativamente à União legislar sobre direito civil e seguros, somente sendo autorizados os Estados a legislar sobre a referida matéria caso houvesse Lei Complementar autorizativa, o que não é o caso.

Neste sentido, ressalte-se que em recente decisão, publicada em 09/05/2022, proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7029/2021, ajuizada pelo UNIDAS - UNIÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE em face da Lei n. 11.782/2020 do Estado da Paraíba, o **Supremo Tribunal Federal**, por unanimidade, converteu a apreciação da medida cautelar em julgamento de mérito e julgou procedente a presente ação direta para declarar a inconstitucionalidade



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

formal da lei vergastada, nos termos do voto da Relatora Ministra Cármen Lúcia que salientou:

*“Comprova-se, assim, ser formalmente inconstitucional a Lei n. 11.782/2020 da Paraíba, pela qual se estabelecem obrigações referentes a serviço de assistência médico-hospitalar que interferem nas relações contratuais estabelecidas entre as operadoras de planos de saúde e seus usuários. A matéria é de direito civil e concerne à política de seguros, conferida constitucionalmente à competência legislativa privativa da União, nos termos dos incs. I e VII do art. 22 da Constituição da República. Precedentes”.*

Desta feita, tem-se que o Projeto de Lei nº 917/2022 está indo de encontro ao que disciplina a Constituição Federal, bem como, ao que vem sendo decidido pelo Supremo Tribunal Federal acerca da competência para legislar sobre matéria<sup>1</sup>.

Reforça-se que, quanto ao que cabe a esta Comissão analisar, **a propositura possui vício constitucional, uma vez que viola o disposto no art. 22, I e VII, da Carta Magna, não devendo ser aprovada por esta Assembleia Legislativa.**

Contudo, observa-se que tramita nesta Assembleia Legislativa o PL 654/2021, de autoria da deputada Cibele Moura, que “DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ACOMPANHAMENTO DIETOTERÁPICO PELO NUTRICIONISTA NO ESTADO DE ALAGOAS” e que já possui parecer favorável desta 2ª Comissão de Constituição Justa e Redação.

Ou seja, o PL 654/2021 dispõe sobre matéria idêntica à presente proposição. Motivo pelo qual deve-se aplicar o que preceitua o art. 175 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, *in verbis*:

Art. 175. As **proposições idênticas** ou versando matéria correlata serão anexadas à mais antiga, desde que seja possível o exame conjunto.

Parágrafo único. A anexação far-se-á pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de Comissão ou do autor de qualquer das proposições.

Deve-se, portanto, ser a presente proposição anexada ao PL 654/2021, que é mais antigo, por requerimento desta Comissão, para exame em conjunto.

É oportuno frisar que **a redação do PL 917/2022 é praticamente idêntica à redação do PL 654/2021**, mudando apenas a ordem dos artigos, motivo pelo qual deve haver um exame em conjunto para que seja extraído o melhor das duas proposições, que

<sup>1</sup> Precedentes: **ADI 6.441/RJ**, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, j. 17.5.2021, DJe 06.7.2021; **ADI 6.493/PB**, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 14.6.2021, DJe 28.6.2021; **ADI 6.452/ES**, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j. 14.6.2021, DJe 28.6.2021; Ainda, houve o julgamento, em sessão virtual levada a efeito entre 22.10.2021 e 03.11.2021, das **ADI's 6.491/PB e 6.538/PB**, ambas de relatoria do Ministro Dias Toffoli.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

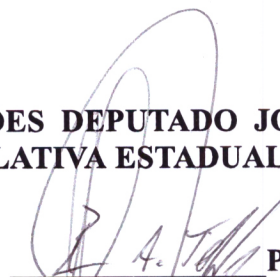
tratam de matéria de grande relevância, qual seja: a obrigatoriedade de cobertura pelos planos de saúde de exames laboratoriais solicitados por nutricionistas para acompanhamento dietoterápico.

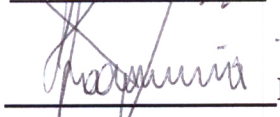
### CONCLUSÃO

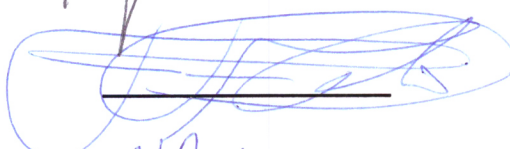
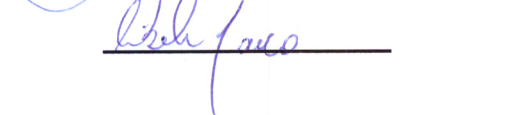
Diante dos fundamentos baseados no art. 175 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, **entendo que o presente projeto de lei deve ser anexado ao PL 654/2021, por tratar de matéria idêntica.**

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 17 de 11 de 2022.**

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
RELATOR(A)

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_